

ÁREA TEMÁTICA: (marque uma das opções)

- COMUNICAÇÃO
- CULTURA
- DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- EDUCAÇÃO
- MEIO AMBIENTE
- SAÚDE
- TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
- TRABALHO

A JUSTIÇA RESTAURATIVA NO PROGRAMA PATRONATO DE PONTA GROSSA: DIÁLOGOS MULTIDISCIPLINARES COM O SISTEMA PRISIONAL

**Milena da Silva Gorette Castanha (Programa Patronato de Ponta Grossa-
mismimilena@hotmail.com)**

**Taciane Nayara de Siqueira Chagas (Programa Patronato de Ponta Grossa-
taciis_siqueira@hotmail.com)**

**Silmara Carneiro e Silva (Universidade Estadual de Ponta Grossa-
verdesilmara@yahoo.com.br) (COORDENADORA DO PROJETO)**

Resumo: Esta comunicação é resultado do trabalho multidisciplinar realizado pelo Programa Patronato de Ponta Grossa, o qual é uma ação extensionista desenvolvida pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em parceria com a Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP/PR), a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e a Instituição de Ensino Superior Sant'Ana (IESSA). O objetivo deste artigo é o de apresentar uma das ações que o Programa executa. Partindo da perspectiva multidisciplinar, o Programa realiza projetos que buscam contribuir socialmente para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade que seus assistidos apresentam. Neste artigo aborda-se, especificamente, uma ação que foi realizada em parceria com a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa e com a Cadeia Pública de Ponta Grossa Hildebrando de Souza, a qual foi desenvolvida com os detentos que são alunos do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Profº Pasqualini (CEEBJA). A partir dos princípios metodológicos da Justiça Restaurativa, a atividade teve por objetivo sensibilizar os sujeitos para a tomada de consciência enquanto agentes sociais, o desenvolvimento da autonomia e a emancipação humana.

Palavras-chave: Patronato. Multidisciplinariedade. Justiça Restaurativa.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado das ações que são desenvolvidas pela equipe multidisciplinar dentro do Programa Patronato Penitenciário de Ponta Grossa, o qual é um programa de natureza extensionista desenvolvido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), tendo como parceiras a Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP/PR), a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e a Instituição de Ensino Superior Sant'Ana (IESSA).

O Programa é composto por 2 (dois) Advogados, 2 (dois) Pedagogos, 3 (três) Assistentes Sociais, 2 (dois) Psicólogos e, conta ainda, com estagiários das respectivas áreas acrescida a área de Administração. É de responsabilidade do Programa o atendimento, encaminhamento e acompanhamento do processo de cumprimento de pena de Prestação de

Serviço Comunitário (PSC) de indivíduos beneficiados por medidas alternativas em crimes de menor potencial ofensivo e egressos do sistema penitenciário.

A partir dessas características o Programa desenvolve suas atividades numa perspectiva humanizadora, promovendo ações de prevenção da reincidência criminal e a melhoria da qualidade da execução das decisões judiciais.

Atualmente, cada equipe do Programa Patronato desenvolve um projeto específico abordando temas de acordo com a área de atuação. Além desses projetos internos, o Programa executa outras ações, em parceria com o Ministério Público, Poder Judiciário, Centro de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, na perspectiva de ampliação e diversificação das metodologias de atendimento, por meio da utilização de técnicas de justiça restaurativa.

OBJETIVOS

Considerando a importância social das ações desenvolvidas pelo Programa Patronato, esta comunicação tem por objetivo apresentá-lo a partir de sua perspectiva multidisciplinar, bem como, relatar sobre parte de suas experiências realizadas por meio das práticas de utilização das técnicas de Justiça Restaurativa.

METODOLOGIA

Partindo da concepção de que é necessário que os sujeitos tenham garantido o acesso aos direitos fundamentais como condição de cidadania, as ações desenvolvidas pelo Programa Patronato Penitenciário de Ponta Grossa têm caráter preventivo, a fim de contribuir para a diminuição da reincidência criminal, principalmente considerando que em nosso país o acesso a políticas públicas não é garantido a todos os cidadãos e, ainda, as dificuldades enfrentadas pelos egressos quando estes retornam ao convívio social.

As atividades desenvolvidas pelo Programa não se restringem exclusivamente apenas aos assistidos que cumprem PSC, encaminhados judicialmente pelo fórum da Comarca, mas há ações que ocorrem de modo colaborativo com outras instituições que atendem sujeitos em condições vulneráveis, assim como os assistidos pelo Programa. O trabalho realizado na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa e Cadeia Pública de Ponta Grossa Hildebrando de Souza na “Semana de Educação e Trabalho” promovido pelo Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Profº Pasqualini é um exemplo de ação que foi executada com alunos que frequentam as aulas na modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA), no regime fechado, pela equipe multidisciplinar do Programa, de forma colaborativa.

Esse trabalho foi realizado baseado no método da Justiça Restaurativa, a qual consiste em práticas pautadas no diálogo, horizontalidade, igualdade, conexão, inclusão, responsabilidade e empoderamento. A metodologia de trabalho da Justiça Restaurativa prevê técnicas específicas que possibilitam ao grupo a participação ativa de todos os envolvidos. Nesse sentido, entende-se que:

A Justiça Restaurativa constitui-se como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, técnicas e ações, por meio dos quais os conflitos que causam dano são solucionados de modo estruturado, com a participação de vítima, ofensor, famílias, comunidade e sociedade, coordenados por facilitadores capacitados em técnica autocompositiva e consensual de conflito, tendo como foco as necessidades de todos envolvidos, a responsabilização ativa daqueles que contribuíram direta ou indiretamente para o evento danoso e o empoderamento da comunidade e sociedade, por meio da reparação do dano e recomposição do tecido social rompido pela infração e suas implicações para o futuro. (PENIDO, 2015 apud SALMASO, 2016, p.38).

No caso do trabalho desenvolvido pelo Programa na Penitenciária e na Cadeia Pública, não foi com o propósito de resolução de conflitos, mas o de promover um fortalecimento de vínculo, ou seja, a proposta de trabalho objetivou promover a reflexão dos sujeitos (detentos) sobre as condições que se encontram, sua responsabilidade social e familiar, as influências que a educação exerce sobre o processo de ressocialização e no trabalho numa perspectiva futura. Os elementos utilizados remetem claramente aos da Justiça Restaurativa, sendo eles: os facilitadores, o círculo, o objeto de centro, o objeto da palavra, cerimônia de abertura e encerramento, diretrizes e perguntas norteadoras. Destaca-se que essa metodologia de trabalho é prevista de acordo com a Resolução nº 225 de 31/05/2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa. Conforme o Art. 1º desta resolução:

A Justiça Restaurativa constitui-se como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato, são solucionados de modo estruturado (...)

Nesse processo circular, foram considerados ainda, os seguintes princípios: voluntariedade, confidencialidade e consenso. Esses princípios são fundamentais ao se tratar de Justiça Restaurativa, pois, esse modelo de trabalho busca uma abordagem ética, portanto, para participar do mesmo é necessário que os envolvidos sintam-se seguros para compartilhar seus pensamentos e experiências, assim como, estejam em conformidade com os procedimentos. Os facilitadores se colocam numa posição de igualdade entre os pares, a fim de que o grupo chegue a um consenso de satisfação comum. Entende-se, portanto, que “os

participantes precisam receber o apoio emocional necessário e estar dispostos a participar. O treinamento dos mediadores é essencial. E tudo deve acontecer no momento certo” (ZEHR, p.25, 2008).

Em suma, a metodologia de trabalho de Justiça Restaurativa contribui significativamente para os trabalhos realizados na perspectiva de promover a autonomia dos sujeitos, a emancipação humana e a tomada de consciência enquanto agentes sociais, como é o caso do Programa Patronato de Ponta Grossa.

RESULTADOS

Considerando a responsabilidade social do Programa Patronato em contribuir para a diminuição da reincidência criminal, assim como, os princípios norteadores da Justiça Restaurativa, este trabalho permitiu uma reflexão mais consistente sobre os problemas que a sociedade enfrenta, principalmente, no que diz respeito a políticas públicas.

A proximidade do Programa com a comunidade e com realidades que se articulam com os objetivos do mesmo, possibilitam uma reflexão sobre a prática que está sendo realizada e conseqüentemente, o planejamento de novas propostas de trabalho conforme as necessidades sociais. Desse modo, a prática do Programa torna-se cada vez mais significativa e fundamental para a sociedade atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne ao trabalho realizado de forma multidisciplinar pela equipe do Programa Patronato e de modo colaborativo nas instituições que comportam o regime fechado, aplicando as técnicas de Justiça Restaurativa, destacam-se a importância e responsabilidade social que essas ações propiciam aos assistidos, despertando, nos mesmos, o reconhecimento de sua participação na sociedade como agentes sociais.

Considerando ainda, que um dos objetivos do Programa é auxiliar no processo de ressocialização, pode-se enfatizar que o trabalho executado influencia de forma significativa nesse processo, pois o fortalecimento de vínculos por meio de autorreflexão e responsabilização das ações é um dos fatores que estimula a autonomia e emancipação dos sujeitos numa perspectiva futura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Resolução Nº 225 de 31 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3127> >. Acesso em: 20/06/2017.

SALMASO, Marcelo Nalesso. Uma mudança de paradigma e o ideal voltado à construção de uma cultura de paz. In: CRUZ, Fabrício Bittencourt (Coor.). **Justiça restaurativa: horizontes a partir da Resolução CNJ 225/Coordenação**. Brasília: CNJ, ed. 1, p. 15-64, 2016.

ZEHR, Howard. Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.